Estadão.com

29/1/2002 — 16h17

Mecanização da cana deve eliminar 8 mil empregos

Cerca de oito mil vagas para cortador de cana devem ser extintas na safra 2002/2003, que inicia em abril na região centro-sul do País. A estimativa é dos sindicatos de trabalhadores rurais, baseada em estudos feitos pelas indústrias de máquinas, que apontam a entrada no mercado de pelo menos cem novas colhedoras.

A maior parte deverá estar concentrada no Estado de São Paulo, por causa da lei ambiental que prevê o fim da queima da cana até 2020 e um avanço gradual no corte da cana crua com máquina. Segundo as usinas, as perspectivas são de que a colheita por máquinas cubra até 45% da área de canaviais na região de Ribeirão Preto, a mais avançada na mecanização do corte da cana no País. O porcentual está bem acima dos 25% previstos pela lei ambiental para serem mecanizados este ano.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertãozinho, Antônio Vítor, a safra deste ano deve contar com 45 mil trabalhadores, sendo 12 mil safristas vindos de regiões ao norte de Minas Gerais, interior da Bahia e até Maranhão. Ele lembra, entretanto, que o número de safristas vem caindo nos últimos anos. Na década de 80, eles chegaram a representar 70% do total de mão-de-obra utilizada nos canaviais da região, que atingia quase 100 mil trabalhadores.

Segundo o coordenador do Grupo de Motomecanização da região de Ribeirão Preto, Janir de Freitas, também diretor da Usina Albertina, em Sertãozinho, a entrada de 100 novas máquinas é considerada "otimista demais" pelo setor, que está mais contido este ano e aplicando a maior parte dos recursos em tratos culturais do canavial. O grupo estima que a região de Ribeirão Preto deve se manter este ano na faixa dos 40% de área mecanizada.

Para Janir de Freitas, a mecanização acabou trazendo outro impacto social não previsto e de efeitos mais positivos do que os que estavam sendo esperados. "A mecanização vem sendo feita lentamente e a mão-de-obra está sendo absorvida gradativamente por outros setores, como construção civil ou mesmo na maior qualificação para que estes trabalhadores atuem de outra maneira na área agrícola", afirma.

Ele diz ainda que, apesar de cortar vagas, a mecanização trouxe ao canavial mais equilíbrio na contratação de trabalhadores. "Hoje eles são melhor aproveitados para o plantio e tratos culturais na entressafra, fato que não ocorria antes da mecanização", avalia.

A principal crítica dos sindicatos de trabalhadores rurais no interior de São Paulo em relação à mecanização é que as usinas não estariam cumprindo as regras impostas para este "avanço tecnológico". "A idéia inicial do governo, aceita pelas usinas e admitida como inevitável pelos trabalhadores, é de que a queimada tem de ser substituída. Isso significa que, apesar do impacto social, as máquinas começariam a cortar a cana por um benefício ambiental, mas isso não ocorre", denuncia Isaías Silva, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba.

Segundo ele, a empresas acabam comprando máquinas e mesmo assim continuam queimando a cana. "Isso acontece em muitos casos porque os produtores têm medo de verem seus canaviais atingidos pela cigarrinha, praga que só é exterminada com a queima da cana", admite Janir de Freitas.

A Cetesb de Ribeirão Preto confirmou a existência do problema e informou que as multas sobre queimadas em canaviais no ano passado ultrapassaram R\$ 100 mil, mas estão sendo contestadas na Justiça.